

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CONERH

No dia 10 de agosto de 2023 ocorreu a 55ª Reunião Ordinária do CONERH, de maneira virtual, via Plataforma Microsoft Teams. Participaram da reunião os Conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: Apreciação do Quadro de Metas do 3º Ciclo do Programa Progestão; Apreciação do Plano Anual de trabalho de 2023 e Relatório Anual de Atividades 2022 do Programa Procomitês; Apreciação dos Formulários de Certificação do Programa Procomitês 5º Ciclo; Apresentação “Instrumentos Econômicos”; Planejamento do CONERH; Informes. O que ocorrer. Eduardo Sodré – Secretário SEMA cumprimentou a todos e reforçou o papel de escuta, de construção de política pública, principalmente, para esta parte de Recursos Hídricos que é tão importante e fundamental e a SEMA está construindo da melhor forma. Sabe que talvez não seja da forma mais rápida que todos esperam, mas tenham certeza que está sendo da forma mais segura e mais participativa que pode se fazer. Pontuou que ontem foi falado em relação aos Planos de Bacias, e a questão da cobrança de Recursos Hídricos e ressaltou que Maiana vai apresentar sobre os instrumentos financeiros. Destacou que a SEMA tem um horizonte bom, e positiva do ponto de vista para os Recursos Hídricos do Estado da Bahia e a participação e movimentação social deste Conselho é importante para que se possa construir da melhor forma. Reforçou que sempre que puder vai participar das reuniões dos Conselhos. Passou a palavra para Mariana a Secretaria Executiva conduzir a reunião. Mariana Mascarenhas - SECEX/SEMA iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, informou que as reuniões são gravadas para fins de elaboração de ata e a gravação poderia ser disponibilizada para os conselheiros, caso precisassem, porém não poderiam disponibilizar a terceiros, pois não possuem a autorização do uso de imagem e o conselheiro que o fizer será responsabilizado por qualquer problema legal. Informou que a pauta foi enviada para todos os conselheiros por e-mail, no prazo definido pelo Regimento Interno. Ressaltou que a CTPPP trabalhou bastante esses últimos tempos com a análise do Quadro de Metas do 3º ciclo do Programa Progestão e com as matérias relacionadas ao programa Procomitês. Salientou que essa Câmara Técnica

34 solicitou que tivesse um momento em Plenária para conversar sobre os
35 Instrumentos Econômicos relacionados a Recursos Hídricos e por isso, foi
36 colocada em pauta esta apresentação na reunião de hoje. E outro ponto que se
37 tem em pauta é o Planejamento do CONERH. Passou-se para a apresentação
38 do primeiro ponto de pauta, contextualizou que o quadro de metas do 3º ciclo
39 do Progestão foi apreciado em duas reuniões da CTPPP que na ocasião os
40 membros solicitaram alguns ajustes que foram feitos e Ângela Timbó –
41 DIRAM/INEMA responsável por coordenar o Programa e irá apresentar.
42 Ângela Timbó explicou que o Progestão é um programa de pagamentos por
43 cumprimento de metas, que está encaminhando para o seu 3º ciclo e o INEMA
44 participa desde o 1º ciclo, inicialmente o 1º ciclo contou com parcelas de R\$
45 700.000,00. Esclareceu que de cinco em cinco anos tem um ciclo novo. No 2º
46 ciclo a parcela passou a ser R\$ 1.0000.000,00 e agora a parcela do 3º ciclo
47 passará a ser R\$ 1.400.000,00. Pontuou que as certificações do Estado da
48 Bahia têm sido muito boas e o Estado avançou dentro da própria tipologia C,
49 isso é uma coisa que vai ter que evoluir, mas como as demandas são muito
50 grandes e o cumprimento de diversas metas o Estado permaneceu no 3º ciclo
51 na mesma tipologia C. Informou que o programa é composto por cinco metas
52 federativas, delegadas pela ANA, que os estados participantes precisam
53 cumprir; e metas estaduais que são em torno de 32 variáveis, onde as equipes
54 técnicas dos Estados estabelecem o nível de autoavaliação para o Estado em
55 cada uma dessas variáveis e o Estado tem que cumprir ano à ano aquele nível
56 e ao longo disso ele vai evoluindo. Ressaltou que nesta 3º ciclo foram incluídas
57 mais duas metas uma relacionada a Monitoramento Hidrológico e outra a
58 Fiscalização por Usos de Recursos Hídricos e pontuou que esta meta
59 federativa representa 50% do valor da parcela. Esclareceu que as Metas de
60 Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual, são as metas que são
61 aprovadas pelo CONERH e estas representam também 50% da parcela. Essas
62 Metas Estaduais possuem um total de até 32 variáveis de Gestão conforme a
63 tipologia e no 2º ciclo a Bahia respondeu pelas 32, apesar de não ser
64 obrigatório. Porém neste 3º ciclo o Estado é obrigado responder as 32 variáveis
65 de gestão. Explicou que neste 3º ciclo houve alteração na descrição e níveis de
66 algumas variáveis, foi acrescentado uma nova variável que é a Alocação
67 Negociada da Água. Destacou que caso o Estado não atenda os critérios



68 estabelecidos, este perde recursos em função da nota de certificação do
69 Estado. Esclareceu ainda que neste 3º ciclo continuou mantida a apresentação
70 de Relatório na Assembléia Legislativa; apresentação anual de gastos será
71 verificada a conformidade com o Plano de Aplicação Plurianual aprovado pelo
72 CONERH; mantida a exigência do percentual de gastos anuais em relação ao
73 acumulado acima de 50%. No caso de não atendimento entra o fator de
74 redução de 15%. Esclareceu que o peso é dividido 50% nas 7 metas de
75 cooperação federativa certificadas pela ANA e os outros 50% correspondem as
76 32 variáveis de gesto ao certificadas pelo Conselho Estadual de Recursos
77 Hídricos - CERH e a meta de investimentos em variáveis críticas de gestão
78 com recursos orçamentários próprios certificados pelo CERH. Gerando desta
79 forma, um valor de repasse de até R\$ 700.000,00 para as metas de
80 cooperação federativa; até R\$ 350.000,00 para a gestão certificadas CERH e
81 até R\$ 350.000,00 para as meta de investimentos formulários de
82 autodeclaração, tendo desta forma um valor total de repasse de até R\$
83 1.400.000,00. E para o Estado obter esse valor total, tem que dar uma
84 contrapartida de R\$ 700.000,00, para obter os R\$ 350.000,00 de forma integral
85 da ANA, isso não é problema para o INEMA, por que o orçamento é muito
86 maior do que esse valor. Apresentou o quadro de Metas do 3º ciclo. Ressaltou
87 que a partir do momento que este quadro de metas, formado pelos anexos III,
88 IV e V é aprovado pelo CONERH, o Estado já tem garantido 25% do valor da
89 parcela. Passou a apresentar o anexo IV, referente ao detalhamento das
90 variáveis. Miguel Polino – Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
91 questionou se no quadro das rubricas, é possível colocar valores, mas não
92 valores em porcentagem, mas sim em dinheiro destinados a cada rubrica.
93 Ressaltou que como membros do CONERH são braços do Governo, como
94 articulação do Estado, então os conselheiros devem saber qual é o orçamento
95 total que o Estado tem para os Recursos Hídricos e de cada rubrica a qual
96 pertence. Ângela Timbó – DIRAM/INEMA esclareceu que existem dois
97 aspectos: se quer saber a destinação dos recursos do Progestão e para onde
98 vai esse dinheiro e o dinheiro do Estado, onde ele gasta. Mariana Mascarenhas
99 – SECEX/ SEMA explicou que o recurso que vem da ANA serve para alcançar
100 metas e o que Miguel está questionando é onde que o Estado vai aplicar este
101 recurso. Esclareceu que todo ano é apresentado ao CONERH o Plano de



102 aplicação, no qual é prestado contas de onde o recurso foi aplicado. Ressaltou
103 ainda, que se tenha uma ideia de onde pode ser aplicado esse recurso, mas
104 como tem também o recurso que vem para o Estado e se tem a flexibilidade
105 pela ANA de remanejar esse recurso, e ser taxativo neste momento é pior tanto
106 para o Estado, quanto para a gestão de Recursos Hídricos, o que é importante
107 para o CONERH saber é onde foi utilizado esse recurso. Ressaltou que o
108 CONERH pode solicitar priorização do recurso do Progestão para alguma
109 finalidade específica. Ângela Timbó esclareceu que todo ano é apresentado na
110 CTPPP duas planilhas uma que é o Plano de Aplicação de Recurso – PPA que
111 tem a previsão de aplicação de recursos ao longo dos cinco anos do programa
112 e com esta planilha tem-se a condição de visualizar aonde a equipe técnica
113 alocou os recursos e o CONERH pode analisar a planilha e solicitar que se
114 coloque mais recurso em determinada rubrica, paralelamente a esta planilha é
115 apresentado o gasto do programa no ano anterior, o qual a ANA obriga ter
116 acima de 50% se não o Estado perde dinheiro. Eduardo Topázio –
117 DIFINS/INEMA destacou a que o Programa é simbólico em relação aos valores
118 determinados, pois são pequenos em relação às reais necessidades, é uma
119 forma de estimular adicionalmente, em síntese os recursos estão estabelecidos
120 e serão distribuídos de acordo com o planejamento do Estado, o qual é anual e
121 continuado. Antônio Martins – DIRAM/INEMA ressaltou que o Programa serve
122 como estímulo acessório as atividades que já fazem parte da nossa estrutura
123 da Diretoria de Recursos Hídricos e as suas metas são pactuadas, inclusive
124 com a aprovação deste Conselho e uma vez cumpridas suas metas os
125 recursos são disponibilizados, talvez o Sr. Miguel queira saber especificamente
126 o quanto de valor será disponibilizado uma vez atingida às metas, se for esta
127 informação consegue-se levantar junto ao ponto focal Ângela Timbó, para que
128 se possa trazer a clareza em relação aos recursos que são disponibilizados.
129 Marcos Bernardes – UFSB ressaltou que é importante prestar atenção que em
130 muitas dessas dimensões que foram apresentadas, particularmente, disse que
131 há um otimismo exagerado com relação à realidade da Bahia, e aí se referiu
132 especialmente, aos instrumentos de gestão previstos na 9.433, por exemplo,
133 em questão aos Planos de Bacias, tem vários comitês baianos que se quer tem
134 planos de bacias previstos ou contratados, por isso é importante que se
135 lembre que sem instrumentos de gestão mínimos, não se consegue dar conta



136 em avançar na gestão de Recursos Hídricos na Bahia. Então faz essa ressalva,
137 assim como para o Monitoramento Hidrológico de qualidade e quantidade de
138 água para que se perceba que o cenário indicado pelo Estado da Bahia, pode
139 não corresponder necessariamente à realidade de muitos comitês de bacias.
140 Diante disso, é muito importante que se tenha essas discussões para que
141 então se consiga avançar nessas temáticas, no CBH FRABS, por exemplo, já
142 são dois Planos Plurianuais sucessivos em que se conseguiu colocar como
143 meta prioritária do PPA do Território a contratação do Plano de Bacias, já foram
144 feitas algumas promessas pelo Órgão responsável por esta questão no Estado
145 e não vê essa situação se resolver, então pediu para registrar essa
146 manifestação no sentido de trazer preocupação realmente para o que se tem
147 como retrato da Bahia para o nosso país e que é necessário avançar, pois
148 existem muitos desafios para a gestão de Recursos Hídricos no Estado da
149 Bahia. Antônio Martins – DIRAM/INEMA pontuou que recepcionou as
150 preocupações do professor, que são extremamente coerentes e realmente
151 condizem com a realidade que o INEMA está atuando, mas são muitos
152 desafios que precisam ser encarados com mais afinco ainda, por que com
153 seriedade sempre foram encarados e o se precisa realmente é aprimorar não
154 só os instrumentos relativos a gestão de Recursos Hídricos, mas também tudo
155 aquilo que viabilizará efetivamente a execução dos Planos de bacias que já
156 estão devidamente implementados. São 14 comitês que precisam ser
157 trabalhados, o entendimento a respeito de como viabilizar a execução e a
158 implementação desses planos, tem uma série de outras questões a respeito do
159 monitoramento, como foi mencionado e o Estado está vivendo um grande
160 desafio em relação algumas áreas específicas, que são crítica hoje no estado
161 da Bahia, como é a questão do cerrado, mas toda a equipe, junto com todos os
162 instrumentos que são disponibilizados e um desses é o Progestão em parceria
163 com a ANA, estar focada no atendimento dessas demandas/necessidades,
164 então pode ter certeza que o INEMA dará um retorno do que precisa ser feito e
165 tem essas metas como algo a perseguir e é claro à medida que as questões
166 forem sendo deliberadas, o INEMA traz a situação junto ao CONERH e a
167 participação efetiva de todos os membros é importantíssima na discussão
168 inclusive, das melhores alternativas e ações para que se consiga alcançar o
169 êxito em relação a tudo que o estado pretende implementar. Nilson Vicente –



170 FBA pediu para detalhar mais sobre a situação do Cerrado. Antônio Martins
171 explicou que hoje existe uma ação em nível nacional, o plano Pacto para o
172 Cerrado relativo à preocupação do Governo Federal quanto à situação de
173 supressão do Cerrado e as ações que precisam ser desempenhadas
174 efetivamente pensando na reposição hídrica, não que os outros biomas dentro
175 do Estado não sejam ações que visem o estabelecimento de uma
176 sustentabilidade e uma ação mais efetiva na região do Cerrado. Eduardo
177 Topázio – DIFIS/INEMA esclareceu que em 2017 quando assumiu a DIRAM,
178 não tinha nenhum Plano de Bacia e conseguiu-se entregar 07 planos em um
179 Estado do tamanho da França e com custos extremamente elevados e durante
180 a pandemia conseguiu-se sucesso no Oeste e ressaltou que se dependesse do
181 desejo da equipe técnica do INEMA fariam todos. A primeira questão envolve
182 recursos, pois cada plano desse custo em torno de um milhão de dólares e o
183 que viabilizou parte desses planos foi um projeto anterior feito pelo INGÁ,
184 chamado Projeto SUAP que inclusive deu dividendos para o Estado e permitiu
185 que fizesse os dois do Oeste que são críticos em termo de demanda de água.
186 Ressaltou que um plano de bacias demora para ser elaborado, dura em torno
187 de 01 ano e 05 meses à 02 anos para ficar pronto, porque tem várias fases
188 inclusive consultas públicas. Então o INEMA teve essas dificuldades do Estado
189 Brasileiro para executar. Destacou que nunca deixou de ser meta do INEMA
190 fazer 100 % dos Planos de Bacias, tanto que se tem colocado isso, como
191 necessidade nos Planos Plurianuais do Estado. A questão é física, é tempo,
192 pessoal, recursos para poder fazer todos ao mesmo tempo e ter equipe para
193 acompanhar e fiscalizar todos ao mesmo tempo e mais os aspectos político
194 institucional, jurídicos. Marcos Bernardes – UFSB reiterou agradecimento pelo
195 esforço, como foi dito isso não é questão só de vontade obviamente, isso
196 envolve recurso, pontuou que a UFSB tem interesse de ajudar, desde que haja
197 as condições mínimas para que esses instrumentos sejam implementados, agora
198 também reforçar que tem sido recorrente a manifestação de Comitês de Bacias
199 do Estado no sentido de dizer que não basta apenas ter um plano entregue, é
200 necessário colocá-los em prática. Então é importante que para além dessa
201 discussão do Progestão perceba a importância da contratação, implementação,
202 avaliação e melhorias tanto dos Planos de bacias, como do Plano Estadual de
203 Recursos Hídricos – PERH. Antônio Martins – DIRAM/INEMA corroborou com

VIA

M

204 Topázio em relação aos ao comprometimento que o INEMA tem em relação a
205 execução dos Planos de Bacias Planos, e como perspectiva hoje tem dois
206 planos em licitação o Paraguaçu e o Recôncavo Norte e tem um aguardando
207 licitação que é o Itapicuru; tem dois em fase de elaboração dos TR'S Bacia do
208 Leste e PIJ e mais quatro planos que precisam ser estruturados em termo de
209 referência FRABS, Sobradinho, Carnaíba de Dentro. Destacou que são muitas
210 as limitações que tem em relação à execução, porém não falta entendimento
211 do que precisa ser feito. Dentro das metas trazidas pelo Progestão, por
212 exemplo, existe o entendimento a respeito da Cobrança pelo Uso da Água que
213 é um instrumento que irá viabilizar a execução dos Planos de Bacias, dentro
214 dos Comitês. E pontuou que a participação, as contribuições não só da
215 academia, como dos demais membros do Conselho são sempre bem vindas,
216 para que se possa construir os instrumentos adequados e viáveis em termo de
217 aplicação das políticas de Recursos Hídricos do Estado. Marcos Rogério –
218 ADES perguntou por que a duração tão longa do Plano Estadual de Recursos
219 Hídricos – PERH, diante do cenário de escassez hídrica, mudanças climáticas
220 previstas? Ao mesmo tempo solicitou acesso ao PERH. Mariana Mascarenhas
221 – SECEX esclareceu que o Plano Estadual é um documento mais amplo, pois
222 tem que atender todo o Estado e o fato de ele ter uma duração de 10 – 15 anos
223 não significa que ele não possa ser revisitado, caso seja identificada a
224 necessidade de revisão, então existe esse prazo mais longo, porém ele não é
225 um plano estático. Explicou que foi feita uma resolução CONERH prorrogando
226 o plano existente, para ser reformulado está em fase de licitação para
227 contratação de consultoria e a equipe neste momento está avaliando se tem
228 condições de elaborá-lo apenas com a equipe interna, ouse vai precisar
229 contratar algum serviço, o CONERH acompanha esse plano, então toda vez
230 que tem um movimento novo em direção ao PERH, o Conselho vai ser
231 informado. Ressaltou que se algum conselheiro quiser informação sobre o
232 PERH pode mandar para o e-mail da SECEX que solicitará resposta da equipe
233 técnica responsável. Ressaltou que foram necessárias duas reuniões da
234 CTPPP, porque eles entenderam que precisavam de outras pessoas da área
235 técnica para prestar alguns esclarecimentos do porque na oficina da ANA que
236 foi feita foram escolhidas aquelas notas e a alteração feita pela CTPPP foi com
237 relação ao FERHBA e foi trazido pelo Professor Puentes da UFBA que se

84
PA

238 consiga trabalhar as informações do Progestão mais próximo dos comitês,
239 então ficou com essa lição de casa para pensar de que forma vai ser feito este
240 trabalho junto com os comitês, não que as informações não sejam repassadas
241 para eles, mas para se pensar em fazer apresentações dentro dos comitês,
242 pois se entende que é importante que os comitês se aproximem dessas
243 informações da gestão. Após esclarecimentos, o Progestão foi colocado em
244 votação, sendo 19 conselheiros favoráveis a aprovação do quadro de metas do
245 3º ciclo do Progestão, nenhum conselheiro contrário a aprovação do quadro de
246 metas do 3º ciclo do Progestão, e nenhuma abstenção. Passou para o ponto
247 de pauta referente ao Procomitês. Thamires Gomes – CGDIS/INEMA,
248 atualmente coordena os comitês de bacias hidrográficas e como ponto focal do
249 Programa Procomitês. O Procomitês é um recurso federal que o Estado recebe
250 para o fortalecimento dos comitês, desde 2017 o Estado aderiu ao programa e
251 atualmente está no 5º ciclo, o último e com a finalização deste programa pela
252 ANA, então em 2024 não haverá mais o programa e algumas ações serão
253 inseridas no Progestão. Esclareceu que o Plano de Trabalho é elaborado
254 anualmente por cada comitê, mas infelizmente no ano de 2023 alguns comitês
255 não conseguiram elaborar. Os que entregaram o Plano de trabalho no prazo
256 foram: CBH Rio das Contas; CBH Grande; CBH FRABS; CBH Leste; CBH
257 PASO; CBH PIJ; CBH RNI; CBH RSUL; CBH Sobradinho. Ressaltou que
258 posteriormente a essa etapa a CGDIS junta todas as ações dos 14 comitês,
259 mesmo dos que não encaminharam o Plano, a coordenação continua
260 colocando as ações e o planejamento para fortalecimento desses comitês.
261 Pontuou que o Plano de trabalho de 2023 é composto por: participação em
262 eventos, reuniões, mobilizações e demais atividades relacionadas ao comitê
263 (englobando diárias e passagens); intervenção nas unidades regionais para
264 apoio aos comitês; aquisição de equipamentos de TI; planos de bacia com
265 enquadramento de corpos D'Água – Produto Parcial; promover a comunicação
266 e mobilização social com objetivo de divulgar o processo eleitoral dos comitês;
267 plano de comunicação; ações/atividades que acompanham e monitoram os
268 conflitos de recursos hídricos; mediação de conflitos da subbacia do Rio Utinga
269 e do Alto Paraguaçu; expedições rios Jucuruçu e Peruípe; ações de
270 revitalizações; atividade para implementação dos planos de recursos hídricos.
271 No que se refere ao relatório de atividades 2022, explicou que no ano de 2022



272 o INEMA adquiriu equipamentos de tecnologia (notebooks, projetores, medidor
273 multiparâmetro, câmara fotográfica, GPS). Ressaltou que Medido
274 multiparâmetro, câmara fotográfica e GPS foi adquirido apenas para o CBH
275 Itapicuru e CBH RSUL, porque os outros comitês não planejaram ações que
276 tivessem necessidades desses equipamentos. Dentre as atividades realizadas
277 no ano de 2022 o INEMA custeou: diárias para participação em reuniões dos
278 comitês; passagens para membros dos comitês; aquisição de material de
279 consumo e permanente; I Encontro de comitês de bacias Hidrográficas do
280 Estado de Alagoas, Bahia e Sergipe - :I Albase; Encontro Nacional de Comitês
281 de Bacias Hidrográficas – ENCOB; I Jornada de capacitação de novos
282 membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado da Bahia; e contrato
283 024/2021 – capacitação membros CBH (cursos virtuais: cobrança, outorga,
284 pagamento por serviços ambientais e mediação de conflitos). Apresentou os
285 valores gastos com cada ação. Informou que o Total de recursos do
286 Procomitês utilizados em ações no ano de 2022 foi de R\$ 731.725,66 e restou
287 um saldo dos recursos do Procomitês de R\$ 1.087.518,02 para realização de
288 atividades. Passou-se para o ponto de pauta referente à apreciação dos
289 formulários de certificação do Procomitês 5º ciclo. A avaliação do cumprimento
290 de metas é feita baseada em cinco componentes: **Componente I** –
291 Funcionamento e conformidade documental, que é pontuado pelos seguintes
292 indicadores: Aprovação do quadro de indicadores e metas; instrumento formal;
293 regimento interno; mandatos e processos eleitorais; reuniões ordinárias;
294 quórum; documentos (atas, listas de presenças, deliberações, etc); planos
295 trabalho e relatórios e apoio técnico e logístico. Explicou que este componente
296 durante estes quatro anos geram em torno de 0,10 à 0,20, sendo as maiores
297 pontuações referentes ao quórum, plano de trabalho e apoio logístico que
298 possuem o peso de 0,20. Esclareceu que os indicadores referentes ao
299 instrumento formal, ao Regimento interno e aos mandatos e processos
300 eleitorais todos os comitês pontuaram integralmente. Pois, os comitês possuem
301 o decreto de formação e possuem o regimento interno aprovado. No que se
302 refere ao processo eleitoral todos pontuaram, pois os todos os comitês tiveram
303 os mandatos prorrogados e isto estava previsto através de resolução e o CBH
304 Verde Jacaré e Itapicuru ainda estão prorrogados até a conclusão do processo
305 eleitoral (que provavelmente ocorrerá no ano de 2023) Em relação ao




306 indicadores referente as reuniões ordinárias houve uma baixa, devido ao: CBH
307 Verde Jacaré que de quatro reuniões ordinárias previstas, realizaram apenas
308 duas; o CBH PIJ não apresentou a convocação da quatro reuniões ordinárias;
309 o CBH Corrente de quatro reuniões ordinárias realizaram apenas uma; o CBH
310 PASO de quatro reuniões ordinárias previstas, realizaram apenas três e o CBH
311 LESTE de quatro reuniões ordinárias previstas, realizaram apenas uma. Os
312 CBH'S no que se refere ao indicador quórum todos 13 comitês pontuaram,
313 apenas o CBH Sobradinho não pontuou, por não apresentar quórum nas
314 reuniões ocorridas no ano de 2021. O indicador que refere-se a conformidade
315 documental o CBH PIJ, CBH Verde Jacaré, o CBH PASO, CBH Leste e CBH
316 Salitre não apresentaram nenhuma ata das reuniões anteriores (2021)
317 aprovadas. Vale ressaltar que dentro do Programa é verificado as atas das
318 reuniões ordinárias, então não entra no mérito as atas das reuniões
319 extraordinárias. O CBH CONTAS teve todas as atas aprovadas, porém em
320 decorrência de não ter convocado suas reuniões no prazo regimental
321 estabelecido, tiveram uma pontuação baixa. Em relação ao plano de trabalho e
322 relatório de atividades, vale ressaltar que vários comitês enviaram os planos de
323 trabalho durante o início do ano, no entanto eles não aprovaram esses
324 documentos ou não produziram uma deliberação ou até a ata que comprove
325 que este documento foi aprovado. Não basta só apresentar o plano de
326 trabalho, mas sim também comprovar a sua aprovação. Diante disso, O CBH
327 VERDE JACARÉ e o CBH SALITRE não apresentaram nenhum dos
328 documentos; o CBH PIJ, o CBH CORRENTE, o CBH GRANDE apresentaram
329 apenas o plano de trabalho e o CBH LESTE apresentou o plano e o relatório.
330 No que se refere ao apoio técnico e logístico realizado nas reuniões, como
331 custeio da participação da sociedade civil, de responsabilidade do Estado e
332 que vem sendo realizado em conjunto com o programa. **Componente II –**
333 Capacitação, o qual possui três indicadores: capacitação de novos membros;
334 plano de capacitação e implementação e monitoramento do plano de
335 capacitação. Esclareceu que esta é uma meta que o Estado vem todos os anos
336 tendo pontuação máxima, todos os comitês pontuaram 15%. **Componente III –**
337 Comunicação o qual possui como indicadores: Sítio Eletrônico ou página
338 pública em rede social; plano de comunicação e implementação do Plano de
339 Comunicação, assim como seu monitoramento. Ressaltou que umas das



340 maiores baixas na questão financeira, que se tem é o plano de comunicação,
341 nem todos os comitês elaboraram durante esses anos esse plano. Vale
342 ressaltar que a ANA identifica o site do INEMA como página também de
343 divulgação das atividades dos comitês. Destacou que os comitês que
344 obtiveram as maiores notas foram: CBH Rio das Contas; CBH Recôncavo
345 Norte Inhambupe; CBH Paraguaçu e CBH recôncavo Sul. **Componente IV –**
346 Cadastro Nacional de Instâncias colegiadas, a qual tem como indicadores:
347 Conhecimentos dos membros (entidades e representantes); Conhecimentos da
348 atuação; conhecimentos dos instrumentos. Esse componente refere-se a dois
349 sistemas da ANA, que é o Sistema cinco e o Sistema The spice, esses dois
350 sistemas são necessários que sejam alimentados todo ano desde o primeiro
351 ciclo. O Sistema The Spice, sistema que comporta todas as documentações
352 produzidas pelos comitês (atas, pautas, lista de presença, planos,
353 enquadramentos, deliberações), gerando um link onde se preenche os
354 formulários. E no Sistema Cinco é o sistema onde são sinalizados as
355 instituições e membros que compõe cada comitê. Informou que o único comitê
356 que não pontuou foi o CBH PIJ, porque não preencheu nenhum desses
357 sistemas durante esse período de 2022. **Componente V-** Estímulo à
358 implementação de Instrumentos de Gestão em Bacias Compartilhadas, o qual
359 possui os seguintes indicadores: TDR para plano e/ou enquadramento; plano
360 de bacia aprovado, enquadramento dos corpos Hídricos aprovado; estudos
361 para implementação de cobrança, revisão do Plano; revisão do
362 enquadramento; revisão da cobrança; meta adicional 01 e 02. Alguns comitês
363 não pontuaram devido ao não preenchimento ou não finalização. Vale ressaltar
364 que tanto o CBH Corrente e CBH Grande tiveram uma pontuação mais baixa,
365 não porque eles não têm planos e nem enquadramentos, mas sim porque não
366 preencheram a planilha de forma correta ou não tinha o documento necessário
367 que a ANA solicitava. **Componente VI – Acompanhamento e avaliação da**
368 **efetividade do Programa,** tendo com indicadores: ações conjuntas de
369 acompanhamento e avaliação; avaliação da efetividade do programa; auto
370 avaliação do Comitê; acompanhamento do Procomitês pelo CONERH;
371 Certificação das metas pelo CONERH. Este componente trata basicamente de
372 uma avaliação do Programa e os Comitês precisam responder essas
373 perguntas. Ressaltou que apenas três comitês tiveram a pontuação máxima

374 que foram: CBH Paraguaçu, CBH FRABS e CBH Recôncavo Sul, porque eles
375 preencheram “sim ou não” de uma planilha e os demais comitês não
376 preencheram essa planilha ou preencheram pela metade. Por fim, durante
377 2022 a certificação foi no total de 70% de abrangência, o que reduz
378 drasticamente o valor de recurso que irá receber este ano. Destacou que
379 durante esses cinco anos de programa esta foi à nota menor e por isso, só
380 arrecadou esse ano R\$ 300.000,00 de auxílio para o fortalecimento dos
381 comitês de Bacias no ano de 2023. Vale ressaltar, que o Procomitês tem a
382 previsão de encerramento, então esse recurso que está disponível em conta
383 este ano e vai poder gastá-lo para atividades dos comitês. Marcos Bernardes –
384 UFSB agradeceu o apoio junto aos comitês de bacias e destacou enquanto
385 presidente do CBH FRABS, a falta que faz a implementação dos instrumentos
386 de gestão, pois a questão dos instrumentos implementados tem uma
387 pontuação elevada e, no entanto fica com a pontuação zero, porque o comitê
388 não tem plano de bacia. Diante disso, reiterou o apelo para que se tenha a
389 viabilidade desses planos de bacias para todos os comitês estaduais e destaque
390 ainda também, a importância de se ter uma estrutura mínima para os comitês
391 no que se refere às compras de equipamentos; ou mesmo de contratação de
392 estagiários; e contratação de empresa para desenvolver um site porque não foi
393 possível via INEMA e com isso esbarra em questões burocráticas para
394 conseguir avançar, porém sabe que independe da dedicação e da competência
395 da equipe da CGDIS. Então naquilo que está no alcance do CBH FRABS tem-
396 se tentando fazer, inclusive colocando dinheiro do próprio bolso para colocar
397 um site no ar, mas há limites também. Nilson Vicente – UFOB pontuou que faz
398 parte do CBH Rio corrente e perguntou como está sendo o retorno do Comitê
399 em relação aos preenchimentos, pois não se lembra de ter sido discutido nas
400 últimas reuniões do Comitê esta situação? Thamires Gomes – CGDIS/INEMA
401 pontuou que uma das maiores dificuldades durante esses cinco anos que teve
402 na coordenação foi à questão do preenchimento e a discussão dessas ações
403 dentro dos comitês, esclareceu que foi falta de comprometimento dos
404 responsáveis, porque durante esses cinco anos, existiam dois responsáveis por
405 essas atividades em cada comitê, então em 2022 acabou que os membros não
406 realizaram o preenchimento anual e para que o estado não tivesse tanta perda
407 de recurso a CGDIS acabou parando outras atividades, inclusive de processo

408 eleitoral de dois comitês, para fazer a maioria das certificações e acabou
409 preenchendo a maioria das planilhas também, que possuía alguns documentos
410 e mesmo com todo esse auxílio da coordenação não se conseguiu chegar esse
411 ano a pelo menos aos R\$ 400.000,00 que teria todos os anos e o CBH
412 Corrente foi um dos comitês que não enviaram, e realmente a coordenação fez
413 as planilhas encaminhou para o comitê validar e preencher com os demais
414 documentos e não aconteceu, então algumas notas baixas é devido ao não
415 preenchimento mesmo, outras realmente foram porque não tinha as
416 documentações, porque não foi feito ou porque não abarcava o cenário que a
417 ANA prevê que não tem meio termo, ou é sim ou é não na maioria das vezes.
418 Silvio Santos - FBCBH pontuou que faz parte de dois comitês o CBH
419 Paraguaçu e do CBH Recôncavo Sul quando vê essa planilha fica feliz por um
420 lado quando vê os comitês do qual faz parte pontuarem dentro das suas
421 possibilidades o máximo possível e ao mesmo tempo fica triste quando vê
422 outros comitês com notas tão baixas e por isso endossa em partes as palavras
423 de Marcos Bernardes, no que diz respeito aos instrumentos de gestão, não tem
424 como pontuar e aumentar. Porém, por outro lado na parte que cabe aos
425 comitês não faz as ações corretamente e costuma dizer que o Procomitês foi
426 super pedagógico para quem trabalha com comitês há algum tempo e este
427 ensinou a trabalhar e organizar as atividades dos comitês. Registrou que a
428 ANA repassa esse recuso, mas a ANA obtém uma contrapartida muito boa do
429 Estado, além de tudo obtém informações, ou seja, é um contrato de mão
430 dupla, onde o Estado fornece dados/informações e a ANA repassa um recurso
431 que ajuda bastante dentro da questão do funcionamento dos comitês. Então é
432 preciso que se faça a meia culpa, porque tem 14 comitês e alguns deles não
433 conseguem fazer convocatória dentro do prazo, não apresentar atas,
434 deliberações e ressaltou que a equipe da CGDIS sempre se colocou a
435 disposição dos comitês. Então o resultado pífio que os comitês tiveram e que
436 consequentemente rebate no resultado final para todos os comitês é por conta
437 não de ter alguém para preencher dentro dos comitês, mas de os comitês não
438 fornecerem as informações, pois se assim os fizessem teria a equipe do
439 INEMA para fazer esse preenchimento. Mariana Mascarenhas – SECEX/SEMA
440 pontuou que vale de aprendizado essa reflexão ser levada para todos os
441 comitês. Walney Magno – Ação Bahia perguntou quem são os membros do



442 CBH Leste e se tem representação Indígena? Destacou que essa a
443 preocupação do segmento, porque pontuou que se inscreveu para esse comitê
444 a tempo, mas não consegue vê a nossa representação e a outra preocupação
445 é como está funcionando o regimento disso, nessa vacância o segmento pode
446 ocupar a vaga? Pontuou também a dificuldade de falar com o comitê e
447 ressaltou a necessidade de melhoria da estrutura do comitê, assim como ter
448 um profissional específico para cuidar das questões dos comitês e como
449 movimento indígena na Bahia falou que tem interesse em compor as vagas que
450 estão vacantes para o segmento. Mariana Mascarenhas – SECEX/SEMA
451 sugeriu que Thamires entre em contato com Walney para poder fazer o
452 levantamento dessas representações dentro dos comitês e onde há vacância e
453 vê uma forma de encaminhar. Pontuou que acha importante essa reflexão, pois
454 sabe-se da fragilidade e da mesma forma que vocês compreendem que o
455 Estado tem limitações de equipe, de recursos e o Estado, também entende a
456 preocupação de vocês de que as coisas rodem e aconteçam. Miguel Polino -
457 Conselho Nacional De Defesa Dos Direitos Humanos pontuou que o CBH Recôncavo
458 Norte tem uma carência muito grande de membros, tanto é que na sociedade civil tem
459 sete membros titulares e não tem nenhum suplente, inclusive falo que faltam suplentes
460 em todos os segmentos e completo só tem o segmento de usuários. Diante do
461 exposto, solicitou apoio da CGDIS para completar as vacâncias, porque não foi por
462 falta de indicações. Eneas Porto - AIBA pontuou que no CBH Grande tinha um
463 estagiário do INEMA que dava um apoio na questão de atas e ao longo do
464 tempo, mas isso se perdeu o que dificultou, porque todos os membros têm uma
465 carga de trabalho e muitas vezes não consegue cumprir os prazos e tem
466 conseguido uma participação boa e o comitê não possui vacância. No ano e
467 2020 o CBH Grande teve no item 5, na questão de implementos de instrumento
468 de gestão, teve a aprovação do plano e de alguns instrumentos, mas não teve
469 a questão de cobrança, diante disso queria saber por que alguns comitês na
470 Bahia tiveram nota máxima, eles já possuem instrumento de cobrança e porque
471 eles pontuaram com a nota máxima. E na questão do Plano de comunicação
472 embora só este ano o CBH Grande, construiu uma página de divulgação do
473 comitê, mas nos anos anteriores as instituições que participam dos comitês,
474 principalmente do setor de usuários e prefeitura de Barreiras utilizavam seus
475 meios de comunicação para divulgação dos comitês e queria saber se isso

VFB

M

476 contabiliza ou não na pontuação. Sérgio Bastos – COFIC pontuou que na parte
477 dos instrumentos realmente, a interpretação dos comitês tenha sido errada,
478 mas invés de ficar discutindo se foi baixa ou se entendeu mal e não fez, disse
479 que realmente é um critério muito ruim e que deveria sentar com a ANA para
480 mudar isso, porque cobrança não vai sair tão cedo. Essa forma não está boa, é
481 preciso melhorar e alinhar mais as coisas. Thamires Gomes – CGDIS/INEMA
482 esclareceu que não tem representação indígena no CBH Leste e informou que
483 um dos comitês que possuem mais vacâncias depois da renovação foi o CBH
484 Leste. Em relação à vacância vocês podem encaminhar o pedido solicitando
485 ocupar a vaga de povos tradicionais e a CGDIS encaminha ao CBH Leste, e
486 este pedido é colocado na plenária para aprovação. Pontuou que essas questões
487 de vacâncias tanto no CBH Leste quanto no CBH Recôncavo Norte que foram
488 renovados em 2022, é uma das metas que tem dentro da coordenação, inclusive já foi
489 feito o levantamento do número de vacâncias em todos os segmentos dos Comitês e a
490 coordenação está tentando trabalhar com cada comitê da forma que cada comitê
491 delibera em suas plenárias para compor as vacâncias e a coordenação está à
492 disposição para dar esse apoio. Em relação à pontuação máxima, não é
493 porque tem cobrança implementada em algumas bacias. Esse resultado é base
494 de uma oficina que aconteceu em 2017, na qual os comitês realizaram um
495 planejamento para os cinco anos do programa, alguns comitês não tinham
496 planejamento e eles não previram durante esses cinco anos a cobrança, porém
497 alguns comitês sinalizaram que durante esses cinco anos teriam a
498 implementação da cobrança, ou seja, era obrigatória durante esses cinco anos
499 a progressão de metas e por isso alguns comitês tiveram a nota máxima
500 porque não fizeram essa previsão da cobrança e por isso, não tinha que
501 comprovar a cobrança. No que se refere à comunicação na hora da
502 certificação, vocês teriam que colocar todos os sites que fazem a comunicação
503 e a divulgação do comitê seria contabilizado. E como esse ano o programa vai
504 ser encerrado não vai haver mais a necessidade de preenchimento dessas
505 planilhas e as metas não foi se exigidas, pois o programa vai se encerrar.
506 Julliano Ribeiro – SINDAE como relator das matérias do Procomitês,
507 mencionou a questão dos planos de trabalho que deixaram de ser enviados
508 pelos comitês e nesse sentido fez crítica ao comitê do qual faz parte CBH
509 Paraguaçu e gostaria da possibilidade dessa discussão ser retomada e que



510 seja fora da reunião ordinária ou extraordinária para que isso possa ser
511 discutido. Além disso, como conclusão da relatoria foi aprovada as matérias
512 relacionadas ao Procomitês, porém foram feitas algumas ressalvas,
513 principalmente em relação a necessidade urgente da elaboração e entrega dos
514 Planos de Comunicação por parte dos comitês, para que seja pontuado e tenha
515 acesso ao recurso e também foi observado em análise da CTPPP a
516 necessidade de um esforço maior do INEMA para que chegue junto aos
517 comitês para explicar melhor como acessar esses recursos da comunicação
518 que está planejada, pois acredita que nem todos os comitês tenham total
519 ciência de como acessar esses recursos. Mariana Mascarenhas –
520 SECEX/SEMA, após as discussões foi colocada as matérias para deliberação.
521 Com relação ao Plano anual de trabalho de 2023 foi aprovado, por
522 unanimidade a aprovação do Plano de trabalho de 2023 do Procomitês. Com
523 relação à aprovação do relatório anual de atividades de 2022, 17 votos
524 favoráveis a aprovação do relatório. Com relação aos formulários de
525 certificação Procomitês 5º ciclo colocou em votação, sendo nenhum voto
526 contrário, uma abstenção e 16 votos favoráveis, aprovado assim os
527 formulários. Ressaltou que ainda tem na pauta a apresentação sobre os
528 instrumentos econômicos, planejamento do CONERH, informes e o que
529 ocorrer. Infelizmente Maiana Pitombo - COGEF/SEMA não pode permanecer
530 na reunião até esse horário para começar uma apresentação agora e imagina
531 que também não fosse ser produtiva a discussão para os Conselheiros. Diante
532 disso, perguntou se deixa essa apresentação para uma ordinária que é daqui a
533 03 meses ou agenda uma extraordinária com pauta exclusiva para este debate.
534 Sérgio Bastos – COFIC/SEMA perguntou o que estaria dentro dessa
535 apresentação. Mariana Mascarenhas – SECEX/SEMA esclareceu que está
536 dentro da apresentação o FERHBA, CFURH, compensação ambiental,
537 conversão de multa e sobre cobrança brevemente, ou seja, uma apresentação
538 sobre os instrumentos econômicos de maneira mais ampla. Explicou que a
539 solicitação desta apresentação surgiu de demanda da CTPPP, quando estava
540 discutindo o rebaixamento da nota no Progestão com relação ao Fundo e aí
541 levantou-se a questão da cobrança por água bruta e que este recurso não
542 entra para a gestão de recursos hídricos, que entra para o caixa do Estado de
543 maneira geral. Algumas pessoas estão chegando no conselho e achou-se

importante que trouxesse uma apresentação rápida sobre cada um desses instrumentos. A partir de uma visão geral que foi pensada para a apresentação de Maiana, pode-se pensar em assuntos para serem trabalhados em Câmara técnica ou mesmo em plenária depois, mas mesmo assim este assunto de maneira ampla já rende uma reunião. A maioria preferiu uma reunião extraordinária para tratar da apresentação. Com relação ao Planejamento, pontuou que na gestão anterior foram levantados alguns pontos para serem trabalhados dentro do Conselho e disse que a própria extraordinária pode apontar outros. No caso do CEPRAM foi sugerido a formação de um Grupo de trabalho com representações de todos os segmentos para detalhar e aprofundar este planejamento e para trazer depois uma proposta para a plenária e perguntou se os conselheiros do CONERH querem encaminhar desta forma ou vocês preferem que marque uma outra extraordinária para tratar do planejamento? A maioria optou pela criação do Grupo de Trabalho para discutir o planejamento. Grupo de Trabalho CONERH: Setor Empresarial – Sérgio Bastos – COFIC, Leila Oliveira – Sindicato de Ibicara; FAEB; Sociedade Civil: Telma – ABES; Poder público – SEMA, INEMA. Sem mais nada a ser tratado à reunião foi encerrada, esta ata será assinada pela Presidente do CONERH e pela Secretária Executiva.

Presidente: Eduardo Mendonça Sodré Martins

Secretária Executiva: Mariana Mascarenhas

Membros:

Eduardo Topázio – INEMA

Djalma Seixas – SEAGRI

José George Silva - INEMA

Flávio Henrique Magalhães – SIHS

Raoni Andrade Rodrigues – SESAB

Mateus Cunha – SEDUR

Ana Carla Pires Meira Cardoso – PGE

Arlley Cavalcante de Oliveira – PGE

Wal Goulart - UPB

Leila Oliveira - Sindicato de Produtores Rurais de Ibicara

- 579 Wilson Andrade – ABAF
- 580 Eneas Porto – AIBA
- 581 João Araújo - ASSOCAFÉ
- 582 Sérgio Bastos - COFIC
- 583 Tiago Hiroshi - EMBASA
- 584 André Cirilo Germani – SINDIMIBA
- 585 Guilherme Moro – Votorantim Cimentos
- 586 Antônio Paulo Gatti – Grupo Iberostar
- 587 Daniel Cambeses – Bahia Pesca S.A
- 588 Nelson Matias da Silva - ACIVRU
- 589 Julliano Falcão Ribeiro – SINDAE
- 590 Marcos Rogério Beltrão – ADES
- 591 Miguel Polino – Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
- 592 Adriano David Monteiro de Barros – UFOB
- 593 Nilson Vicente - FBA
- 594 Fábio de Oliveira – UNEB
- 595 Marcos Eduardo Bernardes - UFSE
- 596 Walney Magno – Ação Bahia
- 597 Telma Cristina Teixeira – ABES
- 598 Anselmo Caires – FBCBH
- 599 Silvio Santos -FBCBH
- 600 Eduardo Rode – CREA
- 601 Silvio de Sousa Santos - FBCBH